

O Sentido Formativo da Geografia

Antonio Carlos Robert Moraes



Texto disponível em www.iea.usp.br/textos

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do autor, não refletindo necessariamente as posições do IEA-USP.

Em agosto de 2008, foi criado no IEA o grupo de pesquisa sobre Temas Atuais de Educação, coordenado por Maria Helena Souza Patto, do Instituto de Psicologia da USP, com a participação de Carlota Boto, Celso de Rui Beisiegel, José Sérgio Fonseca de Carvalho, Jaime Parreira Cordeiro e Maria Clara Di Pierro, todos da Faculdade de Educação da USP, e de Maria Machado Malta Campos, da PUC-SP e da Fundação Carlos Chagas.

Em 2008 e 2009, o grupo realizou uma série de debates sobre “O Sentido Formativo das Humanidades e das Ciências” que poderão ser acessados no endereço:

www.iea.usp.br/iea/online/midiateca/educacao

Embora pouco recorrente nos discursos educacionais contemporâneos, a reflexão e o debate acerca do papel formativo das humanidades e das ciências marcou a constituição do pensamento educacional moderno, segundo os integrantes do grupo.

A seguir o artigo de Antonio Carlos Robert Moraes “O Sentido Formativo da Geografia”.

O SENTIDO FORMATIVO DA GEOGRAFIA

Antonio Carlos Robert Moraes

Para falar sobre o sentido formativo da geografia, começo com uma afirmação: o objetivo básico da geografia, do ponto de vista da formação, é ajudar as pessoas a entenderem o mundo em que vivem. Essa é a meta, ao mesmo tempo simples e ambiciosa, profunda e específica: ajudar as pessoas a se localizarem. Mais do que a simples localização geodésica, poder-se-ia dizer que a meta básica da geografia é oferecer às pessoas conhecimentos que lhes permitam entender os lugares onde estão inseridas. Tendo como tema, por excelência, a relação entre os grupos humanos e a superfície terrestre, a questão posta a esta ciência é como se dá a instalação das sociedades nos diferentes lugares: a apropriação desses lugares, a transformação desses lugares, a organização política e econômica desses lugares. O que dá o tom da busca teórica da geografia é, portanto, a ocupação humana da Terra. Essa ocupação humana que transforma os lugares terrestres – e temos aí um primeiro conceito caro à disciplina – em *habitats*, isto é, em espaços de habitação.

Segundo um grande pensador do campo disciplinar, Max Sorre, os geógrafos devem observar a Terra como a morada do homem. E, nesse sentido, a geografia busca instituir uma teoria dos *habitats*. Uma teoria que demanda levar em conta inúmeros fatores, motivo pelo qual a disciplina às vezes é acusada de uma visão demasiado enciclopédica, mas é necessário considerar vários elementos, vários pontos de vista, várias dimensões para chegar a uma teoria do *habitat*. Então a geografia traz, de saída, a idéia de que o mundo é multidimensional, pressuposto epistemológico que faz parte da própria delimitação do campo disciplinar. O mundo é passível de ser observado de diferentes formas, por diferentes ângulos. Dificilmente um só

campo, uma só dimensão permitiria compreender o mundo e a sua ocupação humana.

Uma primeira questão a ser considerada, que já contém uma diversidade incrivelmente grande, é a variação dos meios naturais. O planeta é naturalmente diversificado, há diferenças de lugar a lugar, de porção a porção da superfície da Terra. Existem diferenças zonais, de relevo, de clima, de vegetação, enfim, o mundo está dividido em biotas, biomas, em ecossistemas, termos que tentam dar conta (já numa visão sintética) da diversidade natural da Terra. Mas, além da diversidade natural, há que relevar a ampla diversidade das culturas. Os habitantes do planeta se formaram, vivem e convivem imersos em culturas diferentes, que vão redundar em diferentes formas de apropriação dos lugares, em diferentes construções sobre o espaço terrestre. As formas espaciais criadas por um grupo humano, por exemplo, revelam de imediato muito do acervo cultural e tecnológico que ele dispõe. Assim sendo, é necessário levar em conta os meios técnicos disponíveis, para entender as formas de instalação e de transformação dos *habitats*.

Porém, mais que isso, essas formas de construção, de organização, também respondem a arranjos sociais vigentes, isto é, os espaços construídos visam ser funcionais ao modo de vida de seus habitantes. Com isso eu quero dizer que é possível ler nas formas criadas na superfície da Terra, as relações sociais vigentes na época da sua edificação. Cada época cria as suas formas, cada modo de organização da sociedade gera as suas paisagens. Assim, é possível ler, nas formas criadas, os processos sociais que engendraram essas formas. Um determinado momento do feudalismo cria a forma castelo e aldeia, o escravismo colonial explica a casa grande e a senzala, num certo momento o capitalismo concorrencial pode ser lido na existência da fábrica com a vila operária do lado, assim como a metrópole - essa aglomeração na qual nós estamos inseridos hoje em dia - é uma forma do nosso tempo. Em suma, as formas criadas pela sociedade se ajustam à sociabilidade reinante.

Os meios construídos, por sua vez, vão se acumulando também desigualmente na superfície da Terra. Os lugares vão se tornando diferentes, não só por suas características naturais, mas também pelas heranças espaciais acumuladas, pelos espaços construídos que cada um contém. São heranças espaciais variadas. Para usar uma bela expressão do professor Milton Santos, essa diferenciação do espaço significa “tempo materializado na paisagem”. Os lugares têm uma temporalidade distinta, e cada época agrega, a um dado lugar, as formas que lhe são próprias. E a revificação dessas formas se dá sempre na funcionalidade do presente. Quer dizer, o presente histórico, a cada momento, reavalia todas as formas herdadas e muitas vezes muda o seu uso, o seu conteúdo. Por exemplo, o castelo europeu hoje em dia pode ser um hotel de luxo, ou um museu. Há uma reapropriação constante de todo esse acervo de formas criadas, do mesmo modo que há uma reapropriação constante dos meios naturais já transformados pela sociedade. E para entender isso eu tenho que me valer do uso dos lugares e da vida que transcorre em cada lugar, a cada conjuntura, a cada momento, a cada época.

Na verdade, são as práticas sociais que qualificam o espaço a cada momento. Nenhum lugar tem uma vocação intrínseca, essencial. Não, é a prática social ali desenvolvida que vai dando um sentido, que valora aquele lugar de uma determinada forma num determinado momento histórico. E nesse processo agem interesses, mas agem também representações. E esse uso e essa vida são regulados por normas, o que faz da relação entre o uso do espaço e a produção simbólica algo muito importante. No nível mais elementar, podemos tentar entender essa relação por meio de uma geografia espontânea da cotidianidade. Todos nós vivemos em algum lugar, vivemos inseridos em espaços e, o tempo todo, estabelecendo trocas com esses lugares, instituindo valores e gerando sentimentos com relação a esse meio imediato, no qual estamos inseridos e que, valendo-nos de outro conceito da geografia, poderíamos chamar de ambiente.

Ambiente é um conceito muitas vezes difícil de definir. Há uma definição muito irônica atribuída a Einstein: “meio ambiente é tudo aquilo que não seja eu”. Assim todo o “resto” – o mundo - é meio ambiente para cada um. E estabelecemos trocas (materiais, mas também simbólicas) com esse ambiente: há lugares que nos são agradáveis, há lugares que tememos, há lugares que nos trazem um sentimento de prazer, há lugares que evitamos passar, e isso está ligado a toda uma percepção, uma vivência das paisagens e dos lugares que abre para uma fenomenologia da geografia, na qual se destaca o tema do espaço vivido que induz comportamentos, gera memórias, imputa valores. Há itinerários e lugares aos quais atribuímos significados, e ao atribuí-los, de certa forma direcionamos ou induzimos o uso. Porém, além desses lugares da experiência, os indivíduos também possuem uma imagem de outros lugares, muitas vezes de lugares em que nunca foram, até mesmo de lugares imaginados, lugares oníricos.

A esse conjunto de imagens e valores dá-se o nome de “horizonte geográfico”. Trata-se de um conceito que remonta a um dos autores pioneiros da geografia moderna, Alexandre von Humboldt, e que se refere exatamente a esse acervo de conhecimento geográfico que extrapola o espaço imediato da nossa vivência. Obviamente esse horizonte se forma no interior da mentalidade de cada época – e o conceito de mentalidade é rico para explicá-lo – e cada época (e cada sociedade) tem o seu imaginário geográfico, que é passado aos indivíduos no seu processo de socialização através de sistemas formais e informais de educação – o próprio sistema escolar sendo o principal deles na atualidade – mas também cada vez mais através da mídia, que, juntos, vão compondo essa visão geográfica do mundo, que acaba sendo fundamental na conformação da nossa consciência do espaço.

A consciência do espaço é um tema não só fundamental na vida de cada um – e ao afirmá-lo volto ao sentido formativo da geografia – mas tem também importante projeção

social. As relações sociais envolvem relações com o espaço e sobre o espaço que, por sua vez, repousam em ações dotadas de uma grande carga de raciocínio. Ou seja, o uso dos lugares, a construção de formas e o entendimento das dinâmicas naturais locais são ações que implicam em consciência, que implicam em avaliação de condições e em dotação de finalidades – enfim, são atos teleológicos. Não há, por tanto, produção do espaço sem formas de consciência do espaço. Dessa maneira, os usos materiais do espaço repousam sobre formas de representação, às vezes bastante abstratas, a respeito dos lugares. Buscar essa sintonia entre as idéias e as ações referidas ao espaço constitui outra tarefa da análise geográfica.

O espaço é, também, um palco de relações sociais, e os lugares são fundamentais no desenvolvimento e na fruição da sociabilidade. Em primeiro lugar, cabe apontar que cada localidade aloca formas de produção, sendo a base material da estrutura produtiva existente. Além disso, os modos pelos quais a sociedade organiza a sua reprodução têm um amplo rebatimento espacial, assim como os modos políticos pelos quais a sociedade se organiza também têm uma projeção muito forte no espaço, que já se expressa de imediato nas formas de controle dos lugares. E aí chegamos a um terceiro conceito da geografia, extremamente importante, que é o conceito de território.

Falei de *habitat*, falei rapidamente de paisagem, de ambiente e finalmente chegamos ao território, que é aquele conceito que deriva mais diretamente do uso e do domínio político do espaço. Discutido em diferentes níveis, é possível falar do território desde a perspectiva individual de cada pessoa, passando pelos grupos sociais, até chegar a entidades maiores, do ponto de vista da organização social. Aproximamo-nos assim daquilo que comumente se denomina de perspectiva geopolítica, onde a figura do Estado ganha um razoável sentido, pois o Estado é um agente privilegiado de produção do espaço, de elaboração de normas a respeito do uso dos lugares, enfim, o agente estatal atua fortemente por meio de políticas territoriais, isto é,

políticas referidas aos lugares, políticas que instituem o próprio território. Esse domínio político do espaço repõe a questão do conhecimento e da representação, vistos como passos iniciais da possibilidade de controle espacial. O domínio dos lugares passa pelo seu conhecimento, e na maioria das vezes, também pela sua representação. E novamente chegamos à geografia.

A prática geográfica foi, na verdade, um instrumento da mecânica do processo de instituição dos Estados. A geografia, como um campo do conhecimento científico, apresenta, ao longo de sua história, uma visão ocidental eurocêntrica de conceber o mundo, ou seja, uma forma de avaliar os lugares que se fundamentou em dois processos simultâneos: a expansão colonial, um processo de espalhamento da Europa por toda a superfície da Terra, e o processo de afirmação das identidades estatais nesse próprio continente. A geografia se colocou como um instrumento, talvez como o próprio elemento de ligação entre esses dois movimentos (e hoje em dia sabemos bem que não haveria modernidade sem colonialidade). Em suma, a geografia legitimou com um peso muito grande o nexos entre a expansão colonial europeia e a formação dos Estados modernos na Europa.

Nesse sentido, essa disciplina expressa um discurso historicamente específico sobre o espaço, pode-se dizer que se trata de uma modalidade específica de discurso sobre o espaço terrestre, um discurso datado em termos históricos. Trata-se do uso de um rótulo muito antigo que foi redefinido no início da modernidade, gerando um tipo de conhecimento considerado legítimo pelo pensamento da Ilustração, o que nos permite falar tranquilamente em uma geografia “moderna”, que se concebe como universitária, científica, e pedagógica. Uma geografia que se constitui, em alguns países europeus, com variadas tarefas, entre estas a tentativa de harmonizar e homogeneizar as próprias formas de conformação da consciência do espaço num âmbito espacial de exercício de um poder estatal, processo no qual ganha sentido aquilo que alguns autores vão chamar de doutrinação patriótica.

Quer dizer, um dos papéis centrais da geografia na modernidade é afirmar uma idéia de pátria e uma noção de pertencimento a uma comunidade política imaginada, mas que se faz material exatamente no desenho geográfico inerente ao processo de formação dos territórios. E isso é válido até hoje - sempre que alguém discute o estabelecimento das fronteiras, na verdade está trabalhando no plano das idéias com um tema no qual a geografia tem um peso fundamental: o do controle político de espaços materiais. Justifica-se a divisão de porções da superfície da Terra postas sob a soberania de Estados nacionais. A geografia é, por tanto, instrumento essencial da afirmação do sentimento de nacionalidade e caminha junto com a afirmação dos nacionalismos. Porém, ela não deixa de estar atenta também à tensão existente nesse processo. As resistências locais a esse movimento, por exemplo, constituem um campo extremamente interessante da discussão disciplinar contemporânea.

O processo de construção de um território é um processo bélico (de conquista e apropriação de espaços), além disso, é também um processo jurídico (de legitimação do domínio), e ainda um processo ideológico (de afirmação de uma identidade referida àquele espaço). Embora os territórios não se constituam necessariamente nessa seqüência, apresentam sempre esses componentes em sua formação. Trata-se de um processo socialmente conflituoso. A construção nacional é sempre um desejo político de homogeneização cultural, de controle social, e de domínio territorial. E, enquanto tal enfrenta resistências, sofre questionamentos que também se colocam no campo da geografia, como outras formas de consciência do espaço e como outras territorialidades. Para entender esse movimento, a geografia tem que articular as diferentes formas de ver o espaço que se expressam em conceitos e em escalas.

Às vezes os alunos do curso de geografia perguntam: “Mas todos os conceitos querem dizer a mesma coisa?” Num certo sentido, sim. Porém, querem dizer a mesma coisa de forma diferente. Lugar, *habitat*, ambiente, região, paisagem, território são formas de ver os processos

estudados por essa disciplina. Poderíamos lembrar ainda de uma ampla variedade de conceitos geográficos, alguns de larga tradição e utilizados em diferenciados sentidos, como “meio” ou “área, outros definidos em propostas metodológicas bem específicas (e mais recentes) como “geosistema” ou “formação sócio-espacial”. Enfim, o acervo conceitual de que dispõe o geógrafo para efetuar seu estudo é grande e variado. A cada conceito correspondem certas características (e critérios) em termos da divisão do espaço terrestre em unidades de análise. Isso é um elemento de diferenciação dos próprios conceitos. E articula a discussão conceitual com as escalas.

Esse é outro tema caro à reflexão geográfica, cada vez mais importante no nosso mundo: a questão das escalas. O espaço pode ser observado em diferentes magnitudes e extensões, os processos espaciais ocorrem com espacialidades materiais distintas, e isso permite um jogo entre escalas de análises, que se sobrepõem na vida real, mas que precisam ser bem definidas no plano do entendimento, até porque certos processos ou fenômenos só são visíveis numa determinada escala, e podem não ser sequer identificados em outras. Três escalas são básicas em nossa vida: o espaço local, o espaço nacional, e o espaço global. Cabe assinalar que as escalas são vivenciadas de forma diferenciada pelos indivíduos, conforme as classes sociais e conforme o horizonte espacial de cada pessoa.

Vale dar um exemplo com a situação de isolamento, que é uma situação muito rica para a análise geográfica, na qual o horizonte geográfico do indivíduo não ultrapassa o seu espaço vivido. Esta é uma característica do isolamento, mas, por outro lado, hoje temos a maior parte das pessoas inseridas (mesmo que a maioria marginalmente, de forma incompleta) nos fluxos internacionais, nos quais o local e o global fazem trocas dinâmicas e complexas. Estamos falando de nossa época, marcada, do ponto de vista geográfico, por uma articulação planetária de fluxos e de relações (logo, também de lugares). Talvez um dos melhores conceitos para

explicar o mundo em que estamos inseridos seja o de “economia-mundo” cunhado por Immanuel Wallerstein. Vivemos num mundo unificado, porém diversificado em posições diferenciadas. A modernidade periférica e suas determinações são parte desse movimento globalizado de afirmação e desenvolvimento da economia-mundo, que podemos tranquilamente chamar de capitalismo.

Outro traço essencial do nosso tempo é a modificação propiciada pelo avanço tecnológico dos meios de circulação no espaço. Segundo o historiador francês Pierre Chaunu o mundo nunca foi tão grande quanto no século XVI, porque os fluxos internacionais com as condições de transporte da época eram extremamente precários (para termos uma ideia, uma viagem Sevilha-Manilha ou na rota Lisboa-Goa levava alguns anos para ser percorrida). Hoje vivemos o oposto, ou seja, o mundo ficou menor (na relação tempo-distância). Vários autores, como David Harvey, por exemplo, denominam este fato de compressão espaço-tempo. Ao mesmo tempo em que a simultaneidade é cada vez maior, os fluxos no espaço também conhecem uma aceleração desconhecida no passado. Isso permite novos tipos de relação – as relações em rede são elementos da nossa época – que resultam numa dinamização geral dos fluxos e na intensificação da velocidade dos movimentos.

Na década passada chegou-se a falar no fim da geografia, pois essa disciplina que sempre buscou entender a diferenciação dos lugares opera hoje num mundo cada vez mais homogeneizado, e nas condições atuais, ela ficaria sem seu objeto. Mas rapidamente as novas condições impuseram novas contradições, novas desigualdades foram repostas e exigiram reflexão. Então, os que decretaram prematuramente o fim da geografia agora estão assistindo à reinvenção dela em novos parâmetros, em novos questionamentos. Dois assuntos (interligados) que estão na pauta da reflexão dos geógrafos mais progressista na atualidade abordam os processos de desterritorialização e reterritorialização contemporâneos, que envolvem massas de

indivíduos como antes nunca visto na história. Esta mobilidade está fundada numa grande capacidade de circulação, mas também numa dinâmica que – ao atuar e modificar os lugares - expulsa o indivíduo do seu espaço de vivência mais afetivo, anulando com isso os conhecimentos geográficos de seu senso comum. E que, por outro lado, abriga-o a uma re-socialização em meios extremamente diferentes daquele onde foi criado. Isso é um fato a ser destacado na geografia do mundo atual.

Diante disso, é possível pensar que o papel formativo da geografia talvez seja mais importante hoje do que no passado. No mundo globalizado, na lógica das redes, na quantidade de fluxos são muitas as questões práticas colocadas para o campo disciplinar, mas para não me alongar excessivamente vou destacar duas que me parecem essenciais. A primeira diz respeito à conscientização ambiental, a consciência da finitude dos recursos do planeta e da possibilidade dos padrões atuais de consumo conduzirem a um esgotamento global numa perspectiva de tempo já mensurável hoje em dia, pelos próprios meios técnicos que dispomos. Isso é atestado pela destruição gradativa, constante, sistemática dos meios naturais dotados de alta originalidade, que está diminuindo drasticamente a biodiversidade planetária. Isso pode ser notado também na perda de qualidade dos *habitats*, na irracionalidade de certas formas de uso e na queda da qualidade ambiental do planeta, inclusive levando à situação altamente preocupante em relação a alguns recursos vitais, entre eles a água, o solo agrícola e tantos outros que poderíamos mencionar. Este estado de coisas abre um longo caminho de reflexão, de atuação, de ensino de uma geografia generosa, voltada para a transformação dos padrões de consumo e do ordenamento social. O segundo tema seria a conscientização sobre a própria questão social. Onde melhor discutir as desigualdades, os conflitos, do que no acesso ao espaço, ao espaço urbano, ao espaço agrário, aos recursos, às boas localizações?

Essas duas questões repõem com força o tema do uso dos lugares, tema que está posto

com ênfase em nossa época. E a politização propiciada pela renovação da geografia permite um bom equacionamento notadamente das decisões que incidem sobre a vida local. Um equacionamento que ilumina a escala mais afeita à atuação do geógrafo, e de grande repercussão política num mundo em que o acesso à informação tem cada vez mais um papel estratégico fundamental. Busca-se, assim, formar o indivíduo participativo, o indivíduo crítico, o indivíduo que busca decidir o seu destino, que questiona, e que necessita, antes de tudo, ser um indivíduo bem informado. Se trabalharmos com a meta de democratização do uso dos lugares e, portanto, com o emprego de formas de planejamento participativas e democráticas, o conhecimento sobre as vidas locais, mas também sobre os fluxos internacionais que atuam em cada lugar, é fundamental.

Termino citando de novo o professor Milton Santos: em seu juízo de que “hoje em dia, cada fração do espaço terrestre é parte do espaço mundial”. A presença de interesses planetários em cada lugar – a presença de empresas, de corporações – mas também de redes de solidariedade, de trânsito de idéias atualizam, a pauta da geografia, tanto no plano teórico, de crítica, de avaliação de idéias, quanto no plano da ação, da atuação, da militância de uma disciplina que hoje em dia não tem medo de se envolver com o seu objeto. Acho que esse é o grande avanço da geografia nas últimas décadas. Não somos, como no passado, observadores de fora. Somos partícipes dessa construção política coletiva. Sem dúvida nenhuma a busca de ligações entre a universidade pública e os movimentos sociais é um caminho forte para realizarmos esse propósito.